

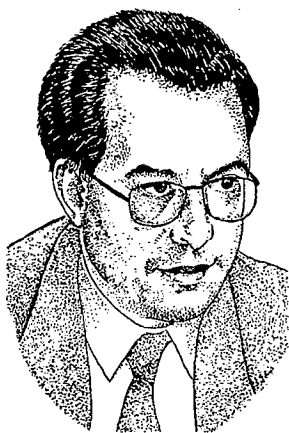
“Não era o que estava escrito”

Após conversar com ministro, relator da MP da desindexação vai propor alterações

por Sandra Nascimento
de Brasília

A Medida Provisória nº 1.053, que regulamenta o processo de desindexação da economia, deverá mesmo sofrer alterações no 13º artigo, que estabelece as regras de negociação e aumento salariais. Essa foi a conclusão a que chegaram ontem o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, o relator da MP no Congresso, Coutinho Jorge (PMDB-PA) e o vice-líder do governo na Câmara, deputado Jackson Pereira (PSDB-CE), após reunião de quase duas horas, na qual os participantes tentaram, sem sucesso, decifrar o texto da medida.

“Quando o ministro começou a explicar as regras, não era o que estava escrito na MP”, espantou-se o relator, que confessou, ao lado do vice-líder, estar cheio de dúvidas. O que foi explicado por Paiva, segundo o relator, é que as negociações não serão por empresa, como está entendido no inciso 1º do artigo 13, mas por categoria. Poderá ser acordado um índice médio de produtividade, e não necessariamente caso a caso. Reajustes para mais, ou para menos, dependerão de negociação. “O mediador será extremamente importante nesse momento”, disse Pereira. Os aumentos individuais, por mérito ou promoção, também não se-



José Aníbal

rão descontados nas datas-base.

A figura do mediador, outro ponto polêmico e que está sendo alvo de contestações no Supremo Tribunal Federal (STF), também foi discutido. Tanto esse item quanto a produtividade deverão ser devidamente explicitadas pelo texto: regras para a mediação, cálculo da produtividade e formas de negociação. “As modificações deverão vir já na redação”, disse Pereira, que não quer deixar as alterações para serem feitas quando da votação em plenário, já que não há previsão para tal. A necessidade de um reajuste já na redação deverá ser levada hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelos líderes do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP) e no Senado, Sérgio Machado (CE). Aníbal também defende al-

terações quanto à questão da produtividade e do aumento salarial. “Aumento não se desconta, isso foi um erro”, disse. Ele acredita que a MP deverá ser votada em setembro ou outubro, depois que o governo vivenciar as experiências de data-base de categorias importantes, como bancários e petroleiros (setembro).

ÂNCORA DO MÍNIMO

O relator descartou on-

tem, após dizer no início da semana que seria uma questão a ser estudada, a implantação de um gatilho para proteger os salários das categorias menos organizadas. “Criaria uma expectativa inflacionária inconcebível como o processo de desindexação.”

Mas ele pediu para que o ministro do Trabalho estudasse uma fórmula que não significasse indexar a economia. Uma das alternati-

vas, explicou, seria ancorar os reajustes dos trabalhadores que ganham, por exemplo, até três mínimos, na variação do índice de correção do salário mínimo. A reposição aconteceria na data-base. “Mas reconheço que não deixa de ser uma pequena indexação”, afirmou. Segundo Coutinho Jorge, alguma coisa tem que ser feita: “Disse ao ministro que, se ele não fizer, nós faremos”.